

A DESCOBERTA DA SURDEZ DE RECÉM-NASCIDOS: ALGUMAS ORIENTAÇÕES ÀS MÃES

Sandra Mara Alves Siqueira¹

Sonia Maria Packer Hubler²

RESUMO

Este artigo visa investigar as dificuldades enfrentadas por mães de bebês surdos, desde o momento do teste da orelhinha, na maternidade, e quais são os encaminhamentos e orientações dos órgãos responsáveis do Sistema Único de Saúde (SUS), até a chegada da criança à Educação Infantil. A pesquisa, de cunho qualitativo, é realizada por meio de revisão bibliográfica e caracteriza as duas abordagens sobre a surdez ao longo da história - a clínico-terapêutica e a socioantropológica -, apontando a melhor opção para o ensino da criança surda. O estudo evidenciou a importância de as mães de bebês surdos receberem, o quanto antes possível, informações sobre o teste de surdez BERA, bem como orientações sobre as fases do desenvolvimento infantil e sobre a importância de frequentarem precocemente escolas bilíngues de surdos. Nessas escolas, terão contato com seus pares e poderão adquirir a Libras de base linguística forte, o que facilitará, posteriormente, a aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita, condição importante para o êxito escolar e o exercício pleno da cidadania.

Palavras-chave: Bebês surdos; Mães; Orientações; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This article aims to investigate the difficulties faced by mothers of deaf babies, from the moment of the ear test, in the hospital, and what are the referrals and guidelines of the responsible bodies of the Unified Health System (SUS), until the arrival at Early Childhood Education. The research, of a qualitative nature, is carried out through a bibliographic review and characterizes the two approaches to deafness throughout history - the clinical-therapeutic and the socio-anthropological -, pointing out the best option for teaching deaf children. The study highlighted the importance of mothers

1 Faculdade Unina – Graduada em Letras Língua Portuguesa e Libras. E-mail: salvessiqueira4@gmail.com

2 Faculdade Unina – Mestre em Linguística. E-mail: sonia@unina.edu.br

of deaf babies receiving, as soon as possible, information about the stages of child development and the importance of early attending bilingual schools for the deaf, so that they have contact with their peers and can acquire Libras de strong linguistic base. In this way, they will be able to learn the Portuguese language in written form, with the possibility of school success and full exercise of citizenship.

Key words: Deaf babies; Mothers; Guidelines; Educational Policies.

INTRODUÇÃO

Durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação, no ano de 2020, surgiram alguns questionamentos relacionados às dificuldades enfrentadas por mães de bebês surdos, desde o momento da descoberta da surdez até o início da escolarização.

Posteriormente, ao assistir a entrevista da professora Francielli Cantarelli, no YouTube, sobre a descoberta da surdez da filha recém-nascida, intensificou-se o desejo de conhecer mais sobre o assunto, o que deu origem a este artigo. Assim sendo, como problema de pesquisa, estipulou-se: Como são realizadas as orientações a mães de bebês surdos e quais os encaminhamentos desse bebê para a futura escolarização?

Para responder à pergunta, o objetivo geral traçado é investigar como as mães de bebês surdos são orientadas em relação à surdez do filho e como são encaminhadas aos órgãos responsáveis para atendimento a esse bebê.

Esta é uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e os dados foram obtidos a partir de literatura especializada. Os materiais analisados – selecionados pelo Google Acadêmico – são artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado de autores brasileiros, além de livros de autores importantes tratando da educação de Surdos, como: Fernandes e Jesus (2016), Quadros (2010 e 2008). Kendrick e Quadros (2019), Maestri (2014) e Streiechen (2020).

Foi realizada também uma leitura crítica a respeito dos encaminhamentos feitos pelo SUS, em relação ao trabalho realizado no Atendimento Educacional Especial (AEE) nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE).

No desenvolvimento do estudo, além de algumas políticas públicas educacionais e abordagens sobre a surdez ao longo da história, são feitos apontamentos sobre a escolaridade das crianças surdas desde a Educação Infantil.

Conforme Dizeu e Capolari (2005) e Araújo e Lacerda (2010), desde bebês, os surdos necessitam estar expostos à língua de sinais para significar o mundo. Assim como os bebês ouvintes recebem estímulos linguísticos precocemente, dentro do ambiente familiar e educacional, da mesma maneira, os bebês surdos precisam desses estímulos, para a formação de identidade e aquisição da língua de sinais.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Segundo Skliar (1997, *apud* Silva et. al ,2008, p. 1), “a surdez na literatura é conhecida como clínico-terapêutica, é uma doença/déficit/deficiência que necessita ser tratada”. Nessa concepção, as crianças surdas precisam aprender a oralizar e usar aparelho de amplificação sonora.

Entende-se que há um fator histórico que contribui com a visão clínico-terapêutica, pois, de acordo com Streiechen (2020, p. 7), desde Antiguidade, “a pessoa surda era ignorada nas necessidades da vida física, psíquica, moral, social ou educacional, a preocupação era exterminá-la, pois era considerada um fardo para a sociedade e oferecia risco de contaminação”.

Durante o congresso de Milão, em setembro de 1880, ocorreu uma votação sobre a forma como os surdos deveriam ser tratados: “venceu o método oralista e foi proibida a utilização do método gestual utilizado na época.” (STREIECHEN, 2020, p. 7)

Contrária à visão clínico-terapêutica, temos a socioantropológica, que, conforme Andreis-Witkoski, (2011):

[...] percebe o surdo como sujeito cultural, com experiências visuais e identidades próprias: identidade surda, tendo a Língua de Sinais como o principal elemento da comunicação e participando nos discursos da igualdade de direitos (ANDREIS-WITKOSKI, 2011, FERNANDES, 2011, ANSAY, 2009).

De acordo com essa concepção, precisamos respeitar os surdos, com as suas singularidades culturais e identitárias. Assim, é importante garantir uma legislação que contemple e faça cumprir as necessidades educacionais de direitos humanos.

A Constituição Federal de 1988, Art. 208, garante o ingresso à educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade a todos. No inciso IV, consta que a Educação Infantil, em creche e pré-escola, é garantida às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Capítulo VII, Art. 25, prevê que as crianças matriculadas devem ter a garantia de atenção à saúde. A partir de um ano da publicação do citado Decreto, o SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente, aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

O artigo III do Decreto Nº 5.626 garante a realização de diagnóstico, atendimento precoce e encaminhamento para área da educação. No artigo VIII, consta que as famílias precisam ser orientadas quanto às implicações da surdez e a perda auditiva, quanto ao uso da Libras e a Língua Portuguesa, desde seu nascimento. O artigo IX garante o atendimento de profissionais da área da saúde com o uso da Libras aos surdos ou deficientes auditivos.

Ainda, no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, assegura-se a escolarização dos surdos em escolas bilíngues. Vale ressaltar que, na atualidade, o melhor caminho de ensino de surdos é considerado aquele que ocorre por meio do bilinguismo, pois, na escola bilíngue, haverá dois profissionais: o professor Surdo, que é modelo e par linguístico dos aprendizes Surdos, e o professor ouvinte bilíngue, o qual utilizará a Libras como Língua instrucional (L1).

Contrário ao modelo bilíngue e à própria legislação vigente, surge a concepção oralista. Trata-se de uma concepção clínico-terapêutica que apenas vê o indivíduo surdo como uma orelha que não funciona:

O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da Língua Portuguesa que levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade (GOLDFELD, 2002, p. 34).

Quadros (2010, p. 29) explica que, no Brasil, a modalidade bilíngue de ensino da Libras e Língua Portuguesa para surdos ocorreu tardiamente. Entretanto, devido aos movimentos surdos que lutaram por uma Lei que viesse ao encontro das necessidades estudantis dos discentes surdos, foi sancionada a Lei 14.191, de 03 de agosto de 2021, que altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), no artigo 3º, sobre o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva sinalizante.

Assim, o aprendiz surdo tem garantido seu direito de escolarização em modalidade bilíngue desde a Educação Infantil, com material didático, formação de professores e com currículo mais apropriado com a Língua de Sinais Brasileira (Libras) como L1 e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como L2.

A partir dessa Lei, segundo Streiechen (2020), a educação bilíngue oferece a oportunidade de o aluno desenvolver-se, pois a Libras é utilizada em todo trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, entende-se que criança surda necessita de um modelo adulto com a mesma cultura, que é fortalecida, para sua formação e a própria aceitação identitária. Nesse sentido, Goldfeld, 1997 *apud* Streiechen (2020, p. 35) afirmam que:

A defesa desse método vai em direção que, ao ensinar, o professor surdo, que vive a mesma cultura do aluno, cria a possibilidade de tornar-se um modelo a ser seguido pelo aluno. [...] o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir a sua surdez (GOLDFELD, 1997, p. 138).

Portanto, deve-se considerar a importância de que a criança surda, desde a mais tenra idade, tenha acesso à pedagogia surda e contato com seus pares

para que tenha a oportunidade de desenvolvimento linguístico e identitário garantidos.

A seguir, serão apresentadas as formas de atendimentos ofertados na rede pública no município de Curitiba e o parecer de alguns estudiosos como: Campello; Rezende (2014); Brasil (2014) e Jesus e Fernandes (2017), sobre a necessidade de atendimento das crianças surdas em escolas bilíngues de surdos.

ATENDIMENTOS EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Segundo as Diretrizes de Inclusão e Educação Especial da cidade de Curitiba (2017, p. 167), o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em Curitiba, é destinado a estudantes de diferentes tipos e níveis de perdas auditivas e usos de recursos tecnológicos, caracterizando-se por:

Oferecer noções de Libras, caso a família opte por isso.

Ensinar leitura labial para exercício da cidadania em diferentes espaços e contextos.

Ensinar a Língua Portuguesa como 2.^a língua, na forma escrita, para garantir acesso à escolarização.

Realizar encontros com escolas/professores dos educandos atendidos nos CMAEEs para orientações quanto à promoção da inclusão escolar e a ações de adequação metodológica no contexto da sala de aula.

Realizar encontros de orientação e parcerias com as famílias.

Realizar encontros de parcerias com outros profissionais que atendam os educandos.

Despertar no estudante a necessidade de se expressar, de se comunicar, partindo do ambiente que o rodeia (familiar, social e escolar).

Proporcionar experiências significativas que favoreçam a compreensão, percepção e expressão linguística.

Proporcionar momentos com estimulação rítmica, estimulação sensorial, **estimulação da leitura orofacial** e habilidades auditivas. (Grifos nossos),(CURITIBA, 2017).

A partir disso, constata-se a importância do esclarecimento às mães sobre o uso da Libras como meio de comunicação para a garantia de que a criança receberá o estímulo durante a entrada de informações, processará retornando com a resposta e obterá desenvolvimento linguístico.

A criança surda necessita do uso da Libras tanto em casa quanto no ambiente escolar, garantindo o pleno desenvolvimento e aquisição linguística, o que não ocorre nos atendimentos realizados no AEE, segundo Campello e Rezende (2014), *apud* Jesus e Fernandes (2017, p. 1632). Esses autores criticam a inclusão e o contraturno realizados pelo AEE.

A Feneis critica essa perspectiva e argumenta que a educação bilíngue não é compatível com o AEE pelo fato de que, na escola inclusiva, o português é a língua oficial na comunicação e no ensino. Quando a Libras está presente, ela é utilizada por uma ou duas pessoas sinalizadoras, de forma precária, negando-se as interações significativas em línguas de sinais, como língua de instrução, interação e socialização, com sinalizadores fluentes. Como alternativa, propõe que o direito à Libras como língua materna seria garantido se fossem organizadas classes bilíngues em escolas comuns ou escolas bilíngues para surdos/as (JESUS; FERNANDES, 2017, p. 1632).

Constata-se que o atendimento no AEE é realizado por meio da oralização em Língua Portuguesa como língua instrucional e, quando a Libras é utilizada por uma ou duas pessoas sinalizadoras, é de maneira precária. É de fundamental importância que todos os profissionais da instituição utilizem a Libras como língua instrucional, como é realizado e garantido em classes bilíngues ou escolas bilíngues de surdos.

Os Centros Municipais de Ensino (CMEIs), na cidade de Curitiba, são estabelecimentos oficiais de Educação Infantil que desenvolvem ações educativas e de cuidado, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças de 4 meses a 5 anos. Oferecem atividades como: brincadeiras, jogos, trabalhos com movimentos, artes, oralidade, literatura, entre outras; e ações de cuidado como: alimentação adequada às crianças, segurança e higiene.

No site da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, consta a informação de que, no Centro Municipal de Atendimento Educacional

Especializado (CMAEE), existem diversos serviços, conforme segue:

Oferta avaliação diagnóstica psicoeducacional e atendimento terapêutico-educacional nas áreas de Pedagogia Especializada, Reeducação Auditiva, Reeducação Visual, Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Serviço Social a educandos com necessidades educacionais especiais, matriculados prioritariamente em escolas e creches Municipais ou residentes em sua área de abrangência, com vistas ao desenvolvimento de suas potencialidades e o resgate de melhores condições de desempenho pessoal, escolar e social.

Ao considerarmos que as crianças surdas necessitam de educação bilíngue que tenha pedagogia surda e um currículo apropriado, foram selecionadas algumas ações educativas propostas por determinados autores.

AÇÕES EDUCATIVAS SUGERIDAS PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE E MÃES PUÉRPERAS COM ATENÇÃO ESPECIAL AO TESTE DA ORELHINHA E O BERA

Munhoz (2007, p. 51) ressalta a importância das ações educativas com relação ao diagnóstico de bebês surdos nas maternidades e em outras instituições correlatas:

A lei, por si só, não garante a efetividade de seu conteúdo. É preciso que ações educativas sejam realizadas para que as pessoas saibam de seus direitos e possam se beneficiar do que rege a lei. É importante destacar que essas ações precisam extrapolar os muros dos hospitais para atingirem a população. Neste sentido, cabe aos profissionais da área da Saúde a cobrança da existência do serviço em seus estabelecimentos de trabalho, bem como o acompanhamento da efetividade do mesmo, pois se os usuários e os profissionais não cobrarem esses direitos legais, pouca será a transformação observada.

O momento da descoberta de que o bebê é surdo torna-se ainda mais difícil pela falta de informações. É necessário que os órgãos governamentais responsáveis tragam todas as informações possíveis para que as mães façam escolhas assertivas no enfrentamento das dificuldades, desde o teste da orelhinha até a futura vida escolar.

Garrutti Lourenço et al. (2020, p. 578) explicam sobre a falta de conhecimento dos pais ouvintes que possuem esperança de que o filho surdo aprenda primeiro a língua oral.

Ao sujeito surdo, nega-se a oportunidade de se constituir na e pela Libras, língua essa acessada pela modalidade visuoespacial – em atendimento **a sua forma visual e manual de compreender e interagir com o mundo** e que, por isso, **melhor instrumentalizar sua organização cognitiva**. A essa língua comumente confere-se o status de língua secundária, apreendida se os sujeitos não obtiverem sucesso no domínio da língua oral, dominante no ambiente de entorno. Desse modo, **no caso de bebês surdos que nascem em lares formados por pais ouvintes, é muito comum que seja transcorrido um longo período até a sua matrícula numa instituição de Educação Infantil na expectativa de que primeiro aprendam a língua oral e muito mais tempo se passa até que a criança seja descoberta na Libras, e em associação ao fracasso na língua de entorno.** (Grifos nossos)

Caso efetivamente ocorram as orientações e encaminhamentos por profissionais da área da saúde com relação ao diagnóstico de que o filho é surdo, as mães serão esclarecidas sobre a melhor forma de conduzir as dificuldades e oportunizar o aproveitamento dos períodos de desenvolvimento da criança. Poderão, também, procurar cursos ofertados gratuitamente pelo governo para aprender a Libras na comunicação familiar e social, e matriculá-lo em berçários que tenham professores surdos ou bilíngues para a aquisição linguística da Libras, o mais breve possível, para que obtenha sucesso escolar.

Maestri (2014, p. 83) sugere a criação de um serviço de aconselhamento às famílias que descobrem que o filho é surdo, para que tenham maior tranquilidade e saibam exatamente os caminhos a serem tomados:

[...] oferecendo esclarecimentos e orientações, apoiando-se no fonoaudiólogo, já que ele é o profissional capacitado para esta atuação global junto aos casos de identificação o mais cedo possível da surdez. Esse espaço de ação seria mais bem aproveitado se os profissionais que ali atuarem tiverem conhecimentos sobre os desafios e as várias realidades socioculturais existentes no País e buscarem nelas possibilidades de auxiliar da melhor maneira possível aquela família que vem em busca de orientações.

Há necessidade de que os pais e familiares sejam informados sobre as possíveis dificuldades da surdez. A partir dos esclarecimentos, poderão buscar os recursos ofertados pelas instituições governamentais, assim minimizando futuros problemas acarretados pela falta de uso da Libras no contexto familiar, escolar e social.

Para Silva et. al (2008, p. 175), independentemente da concepção utilizada, quando recebem o diagnóstico médico da surdez, “os pais ficam em estado de choque e sentem-se frustrados, pois, antecedendo ao nascimento, tinham diversas expectativas. Alguns, com o passar do tempo, assimilam bem e incluem o filho surdo no cotidiano.”

Nesse sentido, os pais precisam de apoio psicológico e todas as informações sobre a surdez e consequências das atitudes a serem tomadas para a garantia de que o bebê surdo será suprido em suas necessidades físicas e linguísticas.

A grande maioria dos pais de crianças surdas são ouvintes e desconhecem completamente a cultura e identidade a ser desenvolvida com o uso da Libras com as crianças surdas. Daí a importância, de acordo com Silva et al (2008, p. 175), de que os pais, tanto ouvintes quanto surdos, sejam orientados.

Essas orientações devem ser claras desde a descoberta da surdez dos filhos, para que tenham encaminhamentos a profissionais e instituições de ensino adequados ao atendimento da criança surda para aproveitar ao máximo as fases de seu desenvolvimento.

Na concepção de Kalatai e Streiechen (2012, p.11), “as crianças surdas inseridas nos espaços escolares inclusivos ou bilíngues necessitam da presença de professores surdos e que seja utilizada a Pedagogia Surda para que ocorra efetivamente o aprendizado.”

Essa pedagogia é caracterizada pela presença de professores surdos, com recursos visuais e a utilização da Libras desde a Educação Infantil para que os estudantes surdos sejam alcançados de maneira natural e os objetivos de aprendizado sejam atingidos.

Streiechen (2020, p. 34) elucida que o ideal é que a criança surda seja bilíngue e que ela aprenda a língua de sinais tão logo a surdez seja diagnosticada, “para facilitar a construção de sua identidade surda. Caso primeiramente seja

ofertado ensino da língua de sinais, haverá base linguística para o acesso da Língua Portuguesa na modalidade escrita.”

A seguir, apresentam-se alguns relatos de mães que descobriram que seus filhos eram surdos: duas mães ouvintes (pesquisa realizada em um artigo) e duas profissionais da educação surdas: a professora Francielli Cantarelli (entrevista no YouTube) e a professora Rita Maestri (dissertação de mestrado que explica a reação dos pais que descobriram que seus filhos não ouviam).

ALGUNS RELATOS SOBRE A DESCOBERTA DA SURDEZ

Durante a pesquisa, houve dificuldades na obtenção de dados de mães ouvintes sobre a descoberta da surdez dos filhos, pela escassez de relatos publicados. As exposições aqui apresentadas são de duas mães ouvintes e duas profissionais da educação surdas.

Zanoli e Pereira (2008, p. 5) destacam que uma mãe ouvinte, ao receber o diagnóstico da surdez, sentiu tristeza e preocupação com o futuro da filha surda:

Além da tristeza, ocorreram pensamentos de preocupação, insegurança em relação ao que poderiam fazer, ou ao que seria de seus filhos. Como referem: E agora o que é que eu faço, como é a vida de um surdo, é normal, não é normal? (M1) Eu olhava pra ela, assim, imaginava como ia ser, como ela ia crescer; como a gente ia, sei lá, conseguir lidar com ela, conversar com ela e chorava [...]; não fiquei lamentando muito dela ser surda. (M6) O que será da B, meu Deus, o que ela vai aprender [...], porque até então eu não tinha conhecimento de nada. Não sabia que eu podia ensinar muita coisa pra ela através de sinais. Então, sentimento assim de: “Meu Deus, o que ela vai ser e o que eu vou fazer?” (M10) (ZANOLI; PEREIRA (2008, p. 5).

O sentimento de tristeza e preocupação é comum frente ao diagnóstico da surdez, no entanto pode ser minimizado com orientações adequadas de profissionais qualificados.

A respeito da importância da aceitação do diagnóstico da surdez da filha, Zanoli e Pereira (2008, p. 7) trazem interessantes observações de uma mãe

ouvinte entrevistada.

Eu não esqueço nenhum momento que ela é surda, mas antes de ser surda ela é minha filha, sabe? Então, assim, pode se dar educação, ensinar cultura, princípios, valores, dá para fazer sabe. Ela é tua filha, entendeu? [...] eu acho que depois que você tem aceitação, eu acho que a aceitação é primordial, [...] eu não tenho esse sentimento de “queria que ela fosse”. Não. Eu amo tanto ela do jeito, assim, aceito de coração o jeito que ela é, tenho o maior respeito por ela [...] então eu acho assim, que essa orientação é muito importante, mas se o pai não fizer ou a mãe não fizer, não adianta nada você vim aqui, ficar ouvindo a orientação. Tem que arregaçar a manga e fazer mesmo. A mãe afirma que a aceitação da surdez é um sentimento primordial e ressalta a importância de uma orientação nesse processo. (ZANOLI; PEREIRA, 2008, p. 7).

A aceitação da surdez faz parte do processo na descoberta de que o filho é surdo, e é, sem dúvida, um grande desafio. Assim sendo, é necessário que os pais busquem maiores informações e se mobilizem em favor do desenvolvimento da criança.

Cantarelli (2021) expõe que, quando sua filha Fiorella nasceu, no mesmo dia, a fonoaudióloga a visitou e fez o teste da orelhinha. Contudo, não foi definitivo o laudo da surdez, foram necessários outros exames. Houve, aproximadamente, quatro meses de espera. Ela relata que não sabia se Fiorella era surda ou ouvinte, e tinha dúvidas quanto à forma como a comunicação deveria se processar. Tinha consciência de que a filha poderia ser prejudicada pela falta de comunicação, por isso pensava e sentia empatia pelos pais que são ouvintes em relação à angústia de aguardar um resultado definitivo.

Segundo Cantarelli (2021), depois que foi atrás de mais informações, constatou que necessitava realizar outro exame, o BERA, que é conhecido também como PEATE (Potencial Evocado Auditivo do Tronco Encefálico). A filha fez o teste e constatou-se finalmente a surdez, o que trouxe alívio por se saber então como proceder.

Cantarelli conta ainda sobre o nascimento da segunda filha, a Florence, que também fez o teste da orelhinha e que a mãe, já experiente, marcou com um especialista o exame BERA, levou a Florence para fazer o teste com dois

meses e recebeu o laudo da surdez, sentindo-se aliviada por saber os caminhos a serem percorridos. Mesmo assim, constatou a falta de informações para a realização dos dois exames.

Cantarelli esclarece ainda que, na confirmação da surdez, alguns profissionais médicos informam à família sobre a necessidade de implantar, de fazer acompanhamento com fonoaudiólogos para treino da voz, e a família acredita que sejam as únicas possibilidades.

Na verdade, os profissionais da saúde são responsáveis por informar e orientar os pais sobre a questão da surdez e sobre as possibilidades de enfrentamento das dificuldades. A partir do exame da orelhinha positivo de surdez, deve-se realizar outro exame, o “BERA” para o diagnóstico efetivo. Em alguns casos, os pais, pela falta de informações, demoram meses ou anos para fazer esse último exame, o que pode ocasionar sérios prejuízos ao desenvolvimento da criança.

Foi selecionado o relato da professora Rita Maestri, cujos pais eram ouvintes, que revela as dificuldades ao receberem o diagnóstico da surdez da filha e como conseguiram superá-las.

Maestri (2014, p. 56-57) afirma que seus pais entraram em choque quando descobriram a surdez da filha, pois a família pertencia ao mundo da música e imaginava “como seria caso não conseguisse participar do coral. Inicialmente não aceitaram a sua surdez, ficaram revoltados e procuravam culpados. No entanto, sabiam que precisavam fazer algo para contribuir”:

Contudo, passado o choque, meus pais puderam avaliar a situação. Perceberam que tinham que fazer algo para dar continuidade à minha trajetória educacional, buscando ações educativas que contribuíssem para o meu desenvolvimento nos vários aspectos: da fala, do cognitivo, de acesso a informações - já que eu ficara totalmente dependente da família em relação à autonomia, principalmente para a aquisição do conhecimento e informações. (MAESTRI, 2014, p. 58).

Dessa maneira, temos exemplos de que as informações devem ser claras para que os pais tenham a oportunidade de tomar decisões assertivas, principalmente, quanto à utilização da Libras como possibilidade de

desenvolvimento cognitivo e educacional.

No entender de Quadros (2010, p. 31), “os pais precisam descobrir o mundo surdo que é visuoespacial por meio da língua de sinais, contudo é necessário que aconteça o bilinguismo (Libras e Língua Portuguesa na modalidade escrita) e imersão nas duas culturas e identidades”.

Os pais precisam ter informações para que descubram o mundo da surdez e possam aceitá-lo. A partir da oferta da língua de sinais desde bebê, e posteriormente ao entrar em uma escola bilíngue que ensine a Língua Portuguesa na modalidade escrita, a criança surda poderá desenvolver-se de maneira plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela pesquisa realizada, observamos que algumas mães ficam em estado de choque quando recebem a notícia de que seu bebê é surdo, por não saberem como lidar com a situação. Por isso, as ações educativas, nas maternidades e em outras instituições, são de suma importância. Cabe aos profissionais do SUS transmitir todas as informações relacionadas à surdez, inclusive de que os bebês surdos necessitam de *inputs* linguísticos em momentos oportunos e possibilidades da futura escolarização bilíngue.

É importante salientar que a falta de comunicação em língua de sinais poderá acarretar prejuízos cognitivos à criança surda e conseqüentemente o baixo rendimento escolar.

Assim, as crianças surdas necessitam frequentar escolas bilíngues de surdos com pedagogia bilíngue, que proporcionem o uso da língua de sinais com base forte, e contato com professores surdos que sejam modelos linguísticos e identitários. Daí a necessidade do cumprimento das políticas públicas educacionais vigentes no tocante aos direitos linguísticos com a utilização da Libras.

Faz-se necessário a utilização da Libras em casa, para que a criança Surda, ao chegar à escola, possua a base linguística bem estabelecida para aprender a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, e obtenha êxito escolar, podendo

tornar-se um cidadão reflexivo, consciente e efetivamente participante da sociedade.

REFERÊNCIAS

CANTARELLI, Francieli. **Crianças Surdas e Direito Linguístico**. Youtube, 10.mai.2021.Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IfpCv484ST8>>. Acesso em: 08.set.2021.

CURITIBA, 2017. **Diretrizes da Inclusão e Educação de Curitiba: Diálogos com a BNCC**. <<https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2021/4/pdf/00293461.pdf>>. Acesso em: 02.out.2021.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Educação. **Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI)**. <<https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/centros-municipais-de-educacao-infantil-cmei-ate-5-anos-bercario-ao-pre-ii/5808>>. Acesso em: 02.out.2021.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Educação. CMAEE. **Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE)**. <<https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/centro-municipal-de-atendimento-educacional-especializado-cmaee/5807>>. Acesso em 02.out.2021.

DE MEDEIROS MUNHOZ, Sílvia Raposo. **Um Programa de Triagem Auditiva Neonatal: Efetividade e Ações Educativas**. Universidade Metodista de Piracicaba, 2007.

FERNANDES, Sueli; JESUS, Jefferson Diego de. **Educação bilíngue para surdos/as: um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1628-1648, jul./set. 2016. Disponível em: . E-ISSN: 1982-5587.

GARRUTTI-LOURENÇO, Erica Aparecida; DE CAMPOS, Sandra Regina Leite; DE OLIVEIRA HOLANDA, Jéssica. A Educação na Orientação dos pais de Bebês e crianças surdas. Revista Interinstitucional Artes de Educar, v. 6, n. 2, p. 578-601, 2020.

JESUS, J. D. de; FERNANDES, S. Educação bilíngue para surdos/as: um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,

Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1628–1648, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n.3.2017.10355. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10355>. Acesso em 02.out.2021.

KENDRICK, Denielli; QUADROS, Suellen Fernanda de. **Libras: Direito Linguístico do Povo Surdo Brasileiro**. In: CICLO DE ESTUDOS EM LINGUAGEM; CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS EM LINGUAGEM, 10, 3, 2019, Ponta Grossa. Anais eletrônicos. Ponta Grossa: UEPG, 2019, p. 1605-1611. Disponível em: <<https://ppggeluepg.wixsite.com/ciel/publicacoes>> . Acesso em: 08.set.2021.

MAESTRI, Rita de Cássia. **História de vida de uma psicóloga e professora surda. Mediações, desconstruções e construções**. Curitiba, 2014.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos [Recurso Eletrônico]: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de. O 'BI' em bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, Eulalia, Org.; [et al.]. **Surdez e Bilinguismo**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva; ZANOLLI, Maria de Lurdes; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Surdez: relato de mães frente ao diagnóstico**. Estudos de Psicologia (Natal), v. 13, n. 2, p. 175-183, 2008.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. **Abordagens metodologias para educação de surdos**. Guarapuava, 2020. Disponível em: <STREIECHEN_Abordagem_Metodologicas_para_a_Educacao_de_Surdos.pdf (unicentro.br)>. Acesso em: 20.nov.2021.